

# A INFORMALIDADE, DA ECONOMIA À GEOGRAFIA

**Adilson Rodrigues Camacho<sup>1</sup>**

Muito tem-se dito, do ponto de vista da teoria crítica, sobre a exacerbação do econômico na vida social, referindo-se a um reducionismo interpretativo das relações sociais que, não se pode esquecer, são realizadas em vários níveis e dimensões. Parece oportuno acrescentar algo a este debate, principalmente, por se acreditar fundamental firmar-se a importância do deslocamento do enfoque estritamente mercadológico da sociedade para uma abordagem multidimensional, múltipla (da mesma). Tentar isso, mesmo que se priorize a geografia definida e definidora CAMACHO (1994:62), geografia enquanto objeto, desenho, forma espacial concreta, mas, também pensamento/teoria, elaboração teórico-metodológica correspondente a da ciência geográfica, o próprio corpo da ciência geográfica enquanto projeção do concreto, a partir do qual se constitui e, sobre o qual incide; mesmo que se priorize o caráter espacial do social, do espaço “como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica” SANTOS (1985:1), implica um cotejo de informações das diversas áreas do conhecimento, arcabouços particulares cada vez mais cambiantes entre si, com o intuito de conduzir a pesquisa.

O espaço geográfico torna-se central neste enfoque que se ocupa das formas sócio-espaciais que o povoam, constituem. Formas num sentido amplo, pois institucionais, políticas, normativas, jurídicas, mas, também, físicas, concretas, espaciais CAMACHO (1994:46;65-67) LEFEBVRE (1969:82-3), OLIVEIRA & MORAES (1996:104-5), SANTOS (1988:70;1994:68).

As classificações sociais (exemplificadas, aqui, no conceito de informalidade) evidenciam a exclusão, a desigualdade, a segregação sócio-espacial, tão a mostra em todo as nações do mundo. Optou-se, então, por situar a forma para alcançar o que é taxado, rotulado de informal, a informalidade, utilizando um exemplo, o comércio ambulante em suas manifestações, expressões espaciais e concepções correspondentes.

As atividades consideradas informais são um bom ponto de partida, um bom viés de compreensão analítica da história das estruturas SANTOS (1988:72;1994:69), das relações sociais existenciadoras destas SANTOS (1994:68-9;70), como também se pode complementar com CAMACHO & LOPES (1994) e CAMACHO (1996).

Seguindo essa linha de exposição, são apresentadas visões, produtos de pesquisas, como basais ao tema, ajudando a situar a problemática, sendo uma no plano teórico metodológico, outra como constatação de pesquisa empírica. Ambas sustentam a reflexão que ora é apresentada.

Na primeira Milton Santos afirma que o que dá vida aos objetos geográficos, “seu princípio ativo”, são os processos sociais representativos de uma sociedade num dado momento”(1985:2). E continua, muito próximo de CORRÊA (1989:36), num raciocínio que explicita o papel dos processos, funções e formas no espaço:

“Esses processos, resolvidos em funções, se realizam através das formas. Estas podem não ser originariamente geográficas, mas terminam por adquirir uma expressão territorial. Na verdade, sem as formas, a sociedade através das funções e processos, não se realizaria” SANTOS (1985:2).

O outro trecho refere-se a um estudo de caso no qual buscou-se a unificação dos níveis em que se está analisando a realidade apropriativa do lugar. De um lado, objetos,

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Paulista (UNIP), doutorando pela FFLCH-USP São Paulo-SP, Brasil.

formas espaciais significantes, de outro, seus correlatos no plano simbólico-institucional; permeando e conectando a ambos as relações de troca (comércio e comunicação), que se efetivam na apropriação que a atividade ambulante faz do espaço da praça da Sé, no centro da metrópole paulistana CAMACHO (1994:51).

“Percebe-se, tanto nas falas dos representantes do Poder público e sindical, quanto na legislação (...) a intenção de induzir os indivíduos ao que chamam de ‘comércio ou economia formal’ (...), correndo atrás, com a legislação de moldes ‘imobilizantes’, de uma prorrogação de estatutos caducos e obsoletos (tardios) caracterizando uma espécie de paralisia institucional, e ideológica na raiz, que ainda denomina certos espaços, de públicos, embora estejam já privatizados, como se está vendo, assim como na Lei (...) e no universo social que ela representa, o comércio ambulante é tratado de informal”.

Informal que aparece como anacrônico, extemporâneo, por não ser hegemônico.

A citada paralisia é um fato, pois não se está imaginando um Estado, um Poder público legislando, administrando para o conjunto da população, mas, paradoxalmente, entravando processos apropriativos que o caracterizariam como desejam setores capitalizados e dirigentes, de moderno, no entanto, apenas veículo de uma caricatura de modernidade... Representante, sim, de processos modernizantes, de certa forma, globais, realizado entre grupos, liberais em sua maior parte, polarizadores, não entre as nações como totalidades. Estado, como o brasileiro, que reprime forças, autênticas (no sentido de expressar as reais necessidades da maioria), tomando como chave, a “velha” representatividade política, embora sejamos neófitos nesse assunto. Para ilustrar, considere-se a classificação governamental de boa parte das atividades consideradas informais como desestruturadas (fora, portanto, da estrutura, ao menos da pretendida pela classe dirigente, denotando uma base legal exterior), ao passo que a Organização Mundial do Trabalho o faz como desorganizados (o que pressupõe a organização política como fator de ingresso e participação). Cabe mencionar o tratamento que SANTOS (1994:100-4) dá a esta questão, apontando as verticalidades como resultados do processo que impõe padrões de racionalidade externas aos povos, desconsiderando a força que os pobres possam ter IDEM (1994:81).

Mais uma das afirmações que delinea o ensaio/texto:

“(...) Aproximando-se mais, com atenção, é possível correr o risco de afirmar que a pecha de informal está na matriz do conceito e classificação. É a partir deles que se pode entender a postura da população em geral, com relação às atividades informais, seus membros e respectivos territórios. Estendem-nos para outras dimensões da vida das pessoas que as exercem, para as formas, as funções. É como se tudo (referente às atividades) estivesse fora da forma, informe, sem forma, disforme, no reino das não-formas; é preciso esclarecer que se está falando de uma formalidade reinante, vertical(mente impingida), vigente.(...)”

A manutenção das formas sociais pelo Estado, reluta em permitir que as mesmas se transformem, como já foi mencionado, correspondendo aos seus conteúdos sociais as funções, numa referência às formas-conteúdo de SANTOS (1985:2).

Voltando ao exemplo do comércio ambulante, pode-se entender melhor as razões pelas quais o conceito clássico de público tarda em se transformar, havendo uma simbiose entre atividades proscritas, marginais, em geral, e estes espaços que, de fato, perderam seus estatutos CAMACHO (1993:204), acrescentando que:

“Em suas práticas (o tal comércio informal), além de desmistificar-se enquanto modo de trabalho, mostra o quanto é tardio, “velho”, o conceito de público com o qual se tenta artificializar situações, e comportamentos sociais no espaço” CAMACHO (1994:73).

É preciso frisar a importância de uma preocupação filosófica com as formas sociais, principalmente as atividades, em seus níveis de existência, como exemplificado em CAMACHO (1994:46;65-7), e também em MORAES & OLIVEIRA (1996:100-2).

Há um uso corrente do termo informal na literatura, especificamente econômica ou de geografia econômica, numa preocupação conceitual, taxonômica com a questão, inclusive em alguns textos tentando interpretar os desdobramentos das diversas construções teóricas suscitadas pela realidade metropolitana. É o caso de CACCIAMALI (1989), CARNEIRO (1994), SANTOS (1977), VASCONCELOS (1985), FAISSOL (1994), resumindo uma lista de autores pesquisadores.

É uma boa oportunidade para discutir a possibilidade de utilizar, ampliando o alcance do conceito de informalidade, estendendo-o para a geografia, nos moldes da negação do enfoque exclusivamente econômico, economicista, empobrecedor, já citado. Esse movimento metodológico, aqui apenas sugerido, deve comportar alguma subversão e mesmo síntese (das várias faces da existência social). Põe-se em relevo uma situação mais “crua” que é a de um único mercado que, pela via estatal inclui (formaliza) e exclui (informaliza) o trabalho, o trabalhador.

Depreende-se deste quadro um tratamento do mercado de trabalho que implica referi-lo a estrutura econômica e social mais ampla, levando a compreensão da dualidade como momento da análise, não como dualismo, devendo superá-lo para captar a emersão da desigualdade de oportunidades dos sujeitos, na falta de identificação, em alguns aspectos ao menos, com o processo de socialização mais amplo, de regulamentação e normatização que estipulam, estabelecem o regime de trocas de nossas sociedades.

Porque não colocarmos em pauta questões como representatividade política, república, federalismo, para poder compreender a não identificação dos habitantes do território brasileiro com a Nação, que deveria ser uma forma, uma fórmula inclusiva, por excelência?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CACCIAMALI, M.C. 1989. Informalização recente do mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: FGV-IPE-USP.
- CAMACHO, A. R. 1993. O cotidiano, o lugar e a cidade. Simpósio de Geografia Urbana, 3. Rio de Janeiro. Anais, Rio de Janeiro: IBGE.
- CAMACHO, A. R. & LOPES, I.I. 1994. Atração ou repulsão ou os caminhos que levam às praças. Congresso Brasileiro de Geografia, 5. Curitiba-PR. Anais.
- CAMACHO, A. R. 1994. A praça apropriada ou uma geografia da ocupação no âmbito tardio... Dissertação de Mestrado. Presidente Prudente: FCT-UNESP.
- CAMACHO, A. R. & LOPES, I.I. 1996. A Cidade dos endereços ou de como o desejo de chegar suprime o interesse pelos caminhos. Encontro Nacional de Geógrafos, 10. Recife-PE. Anais.
- CAMACHO, A. R. 1996. Dos mascates e quitadeiras ao comércio ambulante de ponto fixo - as localizações históricas da atividade. Revista de Geografia da Associação dos Geógrafos Brasileiros (Seção Dourados), n.3, Dourados-MS.
- CARNEIRO, F. G. 1994. Informalidade e terceirização: duas tendências opostas? Revista de Economia Política, v.14, n.4, (56)
- CORRÊA, R. L. 1989 O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989.
- FAISSOL, S. 1994. O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: IBGE.
- LEFEBVRE, H. 1969. O direito à cidade. São Paulo: Documentos.
- MORAES, C. S. V. & OLIVEIRA, B. A. C. de C. 1996. A teoria das formas em Lefebvre. In: Henri Lefebvre e o retorno a dialética. São Paulo: Hucitec.
- SANTOS, M. 1977. Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos. Boletim Paulista de Geografia, 53. São Paulo. Associação dos Geógrafos brasileiros .
- SANTOS, M. 1985. Espaço e método. São Paulo: Nobel.
- SANTOS, M. 1988. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec.
- SANTOS, M. 1994. Técnica, espaço e tempo. São Paulo: Hucitec.
- VASCONCELOS, P. 1985. Le travail urbain. Revue Canadienne du Developpement, Ottawa, v.6, n.1.